

Entre a produção e a “tradição”: discursos e representações sociais em torno do consumo da cachaça de Paraty – RJ¹²

Nathália Caroline Dias (UFJF/MG)

Palavras-chave: Cachaça. Tradição. Patrimônio Cultural.

Introdução

O campo de estudos sobre o patrimônio cultural tem vivenciado profundas mudanças nas últimas décadas do século XX, transformando-se em um interessante tema não apenas para as políticas públicas do Estado, mas sendo incorporado aos discursos de valorização e preservação de memórias coletivas pertencentes aos diversos grupos de uma nação. Nesse contexto, as políticas de preservação do patrimônio cultural tendem a seguir, progressivamente, as transformações que os grupos sociais têm vivenciado na contemporaneidade.

A cultura, compreendida a partir de seu viés antropológico, reconhece a diversidade de manifestações, conhecimentos e práticas culturais que são incorporadas ao discurso do patrimônio pelos grupos locais ou étnicos no processo de construção e valorização de suas identidades.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar como as representações e os discursos sociais são construídos entre os domínios da produção e do consumo da cachaça, bebida alcoólica destilada produzida a partir do mosto da cana-de-açúcar. Esses domínios, apesar de comporem a vida social de um produto, renovando o processo econômico, são universos com características opostas.

O domínio da produção, especialmente na escala do capitalismo industrial, caracteriza-se pela seriedade e impessoalidade dos produtos. O domínio do consumo, por sua vez, é “marcado” por identidades e particularidades conferidas aos produtos através de construções sociais. Nesta perspectiva, os discursos da produção dita “artesanal” são acionados na busca pela valorização simbólica e pela preservação de um saber-fazer “tradicional”.

A cachaça, bebida historicamente de origem brasileira, tem vivenciado profundas transformações simbólicas no decorrer dos séculos, o que se reflete, no caso de muitas

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

marcas, dentre elas algumas da cidade de Paraty (Rio de Janeiro), em mudanças em termos de valores econômicos. A escolha por Paraty para a realização deste estudo de caso justifica-se pela sua própria história, apresentada nos discursos oficiais e pelos pesquisadores da cachaça entrelaçada à história da própria bebida. A cidade, tombada em 1956 como patrimônio artístico e histórico nacional pelo IPHAN não possui somente igrejas, casarões e prédios coloniais, o chamado patrimônio de “pedra e cal”, mas também encontramos em destaque nos guias turísticos a cachaça local.

Vale destacar que “Parati” encontra-se presente na riquíssima sinonímia da cachaça no Brasil desde o século XVII, contexto histórico no qual a cidade teria possuído mais de duzentos alambiques para sua produção. Nos últimos dois séculos, entretanto, o número de seus alambiques reduziu-se drasticamente e atualmente encontramos somente seis em funcionamento, são eles: Coqueiro, Corisco, Maria Izabel, Paratiana, Pedra Branca e Engenho D’Ouro. Desde 2007 a cachaça de Paraty tem sua “tradição” certificada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a partir do registro de Indicação de Procedência.

Paraty possui diversas manifestações culturais que dão o tom dos inúmeros patrimônios que a cidade coloca à disposição de seus visitantes. Nesse sentido, os discursos e representações sociais sobre a cachaça local devem ser entendidos com uma construção identitária possível em meio às construções de outros tantos grupos sociais diversos.

Neste trabalho adotarei a concepção de patrimônio cultural imaterial definida pela UNESCO como norteadora para a abordagem do modo de fazer a cachaça artesanal de Paraty, entendido como um bem imaterial da cultura local. A partir dessa concepção, a cachaça ao ser selecionada e classificada como representante do grupo de produtores da cidade, por meio dos discursos e representações, além de refletir as ideias e valores desse grupo, também atua como “instrumento” de interações com outros grupos sociais que possuem discursos e representações distintas sobre o mesmo objeto deste estudo.

Para tanto, adotando olhar sócio antropológico, este trabalho caracteriza-se por sua natureza qualitativa, apresentando resultados de trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas, realizados em Paraty (RJ). Inicialmente, dedicamos a primeira parte deste trabalho ao desenvolvimento do campo teórico sobre a concepção moderna de patrimônio cultural, bem como das categorias de pensamento que se encontram essencialmente vinculadas ao tema, a saber, cultura, história, memória coletiva e

identidade. Um destaque especial foi dedicado ao patrimônio cultural imaterial, por ser a categoria na qual o modo artesanal de produção da cachaça se insere.

A segunda parte, por sua vez, é dedicada a problematização acerca dos conflitos em torno do que é selecionado como patrimônio local, enquanto representante de uma suposta identidade universal homogênea, a partir de discursos e representações sociais de diversos grupos, como produtores, moradores e comerciantes da cidade de Paraty. Manifestações estas que surgem entre os domínios da produção e do consumo da bebida.

Entre o passado e o presente: reflexões sobre patrimônio cultural

Nas últimas décadas, o campo do patrimônio cultural tem passado por profundas transformações, incorporando novas categorias para se pensar a construção de identidades a partir de elementos da cultura popular. É nesse contexto que surgem os chamados “patrimônios imateriais”. A formação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, envolve tensões e conflitos de interesses diversificados, em particular entre o Estado, os intelectuais e a sociedade civil (ABREU, 2009; ORTIZ, 2012; VELHO, 2006).

Os conflitos e as recentes transformações no campo do patrimônio cultural exigem sua problematização e encontram-se cada vez mais presentes como tema de interesse nas ciências sociais. Nesse sentido, busco analisar como os patrimônios culturais são utilizados na contemporaneidade enquanto meios de representação social, estabelecendo e corroborando as fronteiras de identidades coletivas.

Pensar o termo “patrimônio” a partir de sua etimologia significa concebê-lo como uma herança transmitida para as futuras gerações de uma mesma família. O termo “patrimônio cultural”, como o conhecemos nos dias atuais, de certa forma, reflete essa função social dos patrimônios de mediar o passado, o presente e o futuro dos grupos nos quais eles se encontram presentes, através da transmissão de memórias.

Como explicam Abreu (2009) e Sant’Anna (2009), somente no período da Revolução Francesa que o significado de “patrimônio nacional” começou a ganhar contornos próximos aos atuais. A “herança patrimonial”, antes restrita aos imóveis e obras de arte pertencentes ao clero e à nobreza, é transformada em propriedade do Estado que, com objetivos políticos de construção de uma identidade nacional homogênea, estabelece a noção de patrimônio nacional, representado pelos bens de acesso e usufruto comum a todos em sociedade.

Segundo esta perspectiva, o patrimônio nacional reflete a valorização do que a historiadora francesa Françoise Choay (2011, p.9) chama de “ambiente construído das

sociedades humanas”, ou seja, do que representa a “herança” histórica das nações. Sendo assim, o termo patrimônio apresenta-se essencialmente ligado à história da coletividade a qual pertence, seja um grupo local ou uma nação e, portanto, surge a necessidade de “salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição” (ABREU; 2009, p.35).

Ao abordar o destaque que a concepção universalista de um patrimônio da humanidade ganha após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Abreu (2009, p.36) explica que nesse contexto a diversidade de culturas e, respectivamente, de patrimônios, começaram a ser estudadas por cientistas sociais, em particular, por antropólogos.

Essas transformações pelas quais a concepção de patrimônio passa nesse contexto refletem as transformações do próprio conceito antropológico de cultura. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural, gradativamente, incorpora outros valores, além dos artísticos e históricos e passa a ser entendido como “o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões. A noção de cultura incluía hábitos, costumes, tradições, crenças, enfim, um acervo de realizações materiais e imateriais” (ABREU; 2009, 37).

A concepção de cultura no senso comum refere-se, particularmente, às formas eruditas de representação artística, como as artes plásticas e a pintura. Como destaca Durham (1984, p.24), essa concepção de cultura apresenta uma clara postura elitista, pois a cultura é compreendida como “um produtor superior, que exige qualidades superiores para ser usufruída”. Nessa concepção, a “cultura” incorpora valores simbólicos e seu consumo requer do apreciador um conhecimento prévio que possibilite o prazer em contemplá-la.

Do mesmo modo como Choay (2011) trabalha a relação entre a seleção dos monumentos históricos e o elitismo, o antropólogo brasileiro José Reginaldo Gonçalves (2007) ressalta como o poder ideológico conferido aos museus nas modernas sociedades ocidentais enquanto espaços da “cultura”, entendida nesse contexto como “erudita”, reflete a oposição social e simbólica entre o que é considerado “culto” e o que é considerado “popular” ou de “massa”. A partir dessa perspectiva, a cultura apresenta um caráter de superioridade conferido aos bens da elite intelectual ou política em detrimento dos bens de manifestação popular em geral.

Na abordagem antropológica, embora os aspectos associados à noção de cultura no senso comum sejam mantidos, os valores simbólicos, antes limitados ao conhecimento

de determinadas classes sociais, passam a ser incorporados a todas as formas de produção humana e de comportamento social, caracterizando-se, assim, pelo movimento de “deselitização” da cultura (DURHAM; 1984, p.25).

A incorporação da noção antropológica de cultura pelo campo do patrimônio possibilitou uma ampliação do mesmo, com a inclusão de manifestações culturais para além da materialidade, ou nas palavras de Fonseca (2009), “para além da pedra e cal”, como os bens imateriais ou intangíveis, tema deste trabalho.

O saber-fazer da cachaça como patrimônio imaterial

O desenvolvimento da concepção moderna de patrimônio cultural ocorreu, essencialmente, em torno dos bens materiais, obras de arte e monumentos históricos, considerados valiosos simbolicamente por incorporarem riquezas artísticas e por lembrarem acontecimentos marcantes do passado nacional. Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o campo do patrimônio começou, progressivamente, a ampliar seus limites a partir dos olhares provenientes dos países fora da Europa Ocidental (ABREU, 2009; FONSECA, 2009; SANT’ANNA, 2009).

De acordo com Sant’Anna, nos países orientais e do chamado Terceiro Mundo, os bens materiais e sua permanência no tempo não são considerados os aspectos mais importantes para a preservação das tradições de um grupo, mas sim os conhecimentos e práticas culturais envolvidas nessas tradições. Nas palavras da autora, para a concepção de patrimônio e de preservação presente nesses países, “mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição presente” (SANT’ANNA; 2009, p.52).

A diversidade cultural e, conseqüentemente, as diversas manifestações das nações fora do eixo europeu ocidental e de seus múltiplos grupos étnicos ganham espaço nesse cenário, a medida em que reivindicam o reconhecimento de seus conhecimentos, seus modos de fazer e suas celebrações como representantes de suas identidades. A elaboração de um instrumento legal de proteção da natureza imaterial do patrimônio cultural, reivindicada em 1972, foi atendida somente em 1989, através da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (SANT’ANNA; 2009, p.53).

Entre os países do mundo ocidental, entretanto, poucos foram os que se preocuparam em estabelecer práticas e instrumentos legais para a seleção, salvaguarda e proteção de seus patrimônios imateriais. Essa nova perspectiva acerca da imaterialidade

dos patrimônios culturais, relembro, é encontrada na moderna noção antropológica de cultura, caracterizada, segundo Gonçalves (2007, p.113-114), pela “ênfase nas relações sociais, ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas”.

Como evidencia Durham (1984, p.30), mesmo as produções materiais “mais úteis estão imersas numa espessa camada de relações sociais, elaborações estéticas e formas rituais da qual tiram muito de sua significação”. Seguindo essa perspectiva, o patrimônio imaterial caracteriza-se por sua tradição, geralmente, transmitida através da história oral e que se encontra essencialmente vinculada a um sistema de valores e significados, a partir do qual o grupo social organiza sua vida e constrói sua identidade diante de outros grupos.

De acordo com o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003, p.11) o patrimônio cultural imaterial é definido pelas

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A concepção de patrimônio cultural imaterial definida pela UNESCO é a norteadora para a abordagem do modo de fazer a cachaça artesanal de Paraty, entendido como um bem imaterial da cultura local, uma prática associada à história da cidade, constantemente transmitido entre as gerações de produtores, tendo seus significados e valores (re) criados pelos diversos grupos sociais locais. “Desse modo, podemos conceber que haja certos bens privilegiados, em virtude dos significados que acumularam durante sua história, que merecem um esforço especial no sentido de preservá-los e colocá-los à disposição da população para usos futuros” (DURHAM; 1984, p.30-31).

A prática da preservação do patrimônio cultural para além do chamado patrimônio de “pedra e cal” apresenta-se como uma prática de valores não apenas materiais, mas também simbólicos, garantindo a transmissão da identidade e da memória dos grupos sociais. Porém, cabe ressaltar que, “mesmo quando a iniciativa parte do Estado, esses valores precisam ser aceitos e constantemente reiterados pela sociedade, a partir de critérios que variam no tempo e no espaço” (FONSECA; 2009, p.69).

Esses processos de reiteração e vivência das memórias coletivas que compõem a identidade de um grupo ocorrem a partir da permanência no tempo das práticas rituais das

manifestações culturais do próprio grupo, seus modos de fazer e suas celebrações. Nessa perspectiva, cada grupo social ou étnico possui um espaço físico e simbólico no qual seus ritos são legitimados pela reatualização das tradições encontradas em seu passado, transmitidas pelos discursos oficiais e/ou pela história oral (ORTIZ, 2012).

O saber-fazer artesanal da cachaça encontra seus primeiros registros ainda no século XVI, nas primeiras décadas após a chegada dos portugueses ao Brasil, configurando-se, portanto, numa tradição constantemente atualizada e transmitida entre as gerações durante todos esses séculos, estando, desse modo, presente na memória coletiva de distintos grupos brasileiros.

De acordo com os pesquisadores da cachaça (CASCUDO, 2006; GONÇALVES, GRAVATÁ, 1991; TRINDADE, 2006), não há informações precisas sobre o início da produção da bebida. A estimativa é de que os primeiros engenhos teriam sido construídos no Brasil por volta de 1530, ou seja, a produção da cachaça teria ocorrido simultaneamente à produção açucareira.

Os pesquisadores também apontam para a imprecisão acerca do lugar onde a cachaça teria sido “descoberta”. Como explica Trindade (2006, p.21), “com a expansão dos engenhos pelo litoral, junto deles foram surgindo os alambiques para a produção de cachaça”. Segundo essa perspectiva, à medida que a produção do açúcar diminuía, a cachaça transformou-se em moeda de troca na compra de escravos africanos. “Isso aconteceu sobretudo nas propriedades do litoral norte de São Paulo, do sul da capitania do Rio de Janeiro, em áreas como Paraty e Angra dos Reis, locais em que a cana foi destinada quase exclusivamente à produção de cachaça” (TRINDADE; 2006, p.21-22).

Segundo os discursos oficiais³, apesar de números imprecisos, no século XVIII a cidade chegou a ter, aproximadamente, 200 alambiques para a produção da cachaça. Entretanto, durante os séculos XIX e XX, a cidade enfrentou uma grave crise econômica, devido ao isolamento geográfico da cidade após a construção do Caminho Novo, que ligava a região aurífera de Minas Gerais diretamente ao Rio de Janeiro; e como consequência da abolição da escravidão, atividade comercial através da qual a cachaça era a principal moeda de escambo. Diante desse cenário, a produção da bebida passou por uma intensa diminuição e, atualmente, a cidade possui apenas seis alambiques legalizados e associados à APACAP.

³ Informações disponíveis em: <<http://pmparaty.rj.gov.br/page/historia.aspx>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Outra particularidade da cachaça produzida em Paraty, além de o nome da cidade pertencer a rica sinonímia da bebida, é a certificação de Indicação Geográfica (IG) que a cachaça de Paraty conquistou em julho de 2007. A IG visa proteger e diferenciar o que é produzido em determinadas cidades ou regiões do país por meio da delimitação geográfica da área de produção, “restringindo seu uso aos produtores da região (em geral, reunidos em entidades representativas) e onde, mantendo os padrões locais, impede que outras pessoas utilizem o nome da região em produtos ou serviços indevidamente”⁴.

No Brasil, a certificação da Indicação Geográfica ocorre através do registro da Indicação de Procedência (IP) ou da Denominação de Origem (DO), sendo responsabilidade do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, estabelecer as condições dos registros. A Indicação de Procedência refere-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou prestar determinado serviço. A Denominação de Origem, por sua vez, refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos ou serviços, cujas qualidades ou características podem ser atribuídas a sua origem geográfica⁵.

A cachaça de Paraty recebeu o registro de Indicação de Procedência, sendo o quarto produto brasileiro e a primeira cachaça a ser certificada pelo INPI. Sendo assim, a produção em Paraty somente pode ser realizada pelos produtores reunidos na Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty, que foi a responsável pelo requerimento de registro da bebida, os quais possuem alambiques dentro dos limites geográficos delimitados pelo INPI⁶.

Nesse sentido, a cachaça de Paraty tem sua tradição certificada por um órgão oficial do Estado nacional, produzindo novos valores simbólicos à bebida, especialmente no que tange aos contornos de uma suposta identidade paratiense. Embora a Indicação de Procedência esteja direcionada a relações econômicas de mercado, ao diferenciar a cachaça de Paraty das demais, o registro desse saber fazer contribui, de certa forma, para construção do patrimônio cultural, o qual passa a representar uma identidade local, na medida em que o registro possibilita a permanência dessa prática cultural e traz benefícios a seus produtores.

⁴ Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

⁵ Ibid.

⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

Entre os discursos e representações sociais acerca da cachaça de Paraty

Estive em Paraty em dois momentos distintos, a primeira vez, entre janeiro e fevereiro, e a segunda vez, em agosto, de 2015. Em meu primeiro dia na cidade, vale destacar, a recepcionista do local onde estava hospedada me mostrou, dentre os guias de passeio de barco e das praias próximas à região, um guia turístico intitulado “Circuito Cachaças de Paraty”. Neste material impresso há um breve retrospecto histórico da cachaça na cidade, desde o século XVII até os dias atuais.

O material, elaborada pela Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty (APACAP), Ministério da Agricultura, SEBRAE-RJ, Prefeitura de Paraty, Emater-Rio e UFRRJ, configurando-se como um discurso oficial, institucional, busca transmitir conteúdo que faz parte da divulgação acerca das particularidades da cachaça produzida na cidade, como sua origem no século XVII e seu registro de Indicação de Procedência (IP), reforçando a tradição da produção local.

Neste trabalho, que visa apresentar resultados iniciais de uma pesquisa ainda em andamento, apresento alguns discursos e representações sociais que resumem as visões de distintos grupos, como produtores e comerciantes de Paraty, bem como de visitantes. Para longe de uma simplificação e reducionismo das visões de cada grupo, o objetivo, ao escolher tais discursos, é evidenciar como surgem conflitos em torno do que é considerado patrimônio cultural de uma localidade. Conflitos estes que se tornam evidentes ao abordamos as construções identitária que surgem entre os domínios da produção dita artesanal e o consumo “marcado”.

Entre os domínios fundamentais do circuito econômico, o da produção e do consumo da cachaça, o papel desempenhado pela publicidade por meio dos produtores e detentores dos discursos oficiais gira em torno dos elementos históricos que perpassam a bebida e sua contextualização local, sendo o selo de IP apresentado como uma legitimação estatal de sua tradição.

Mediatizando a oposição, desfazendo e conciliando a interação existente entre estes dois domínios, a publicidade recria a imagem de cada produto. Pela atribuição de identidade ela os particulariza e prepara para uma existência não mais marcada pelas relações de produção. Agora, pelas marcas do mundo dentro do anúncio, o produto vive em meio a relações humanas, simbólicas e sociais que caracterizam o consumo (ROCHA; 1985, p.62).

É, portanto, através do consumo que as identidades serão construídas, por meio de discursos e representações publicitárias que visam a distinção entre produtos, em primeira vista, semelhantes. Nas palavras de Rocha (1985, p.67, *grifo meu*):

Na esfera do consumo homens e objetos adquirem sentido, produzem significações e distinções sociais. Pelo consumo, os objetos diferenciam-se diferenciando, num mesmo gesto e por uma série de operações classificatórias, os homens entre si. *O consumo é, no mundo burguês, o palco das diferenças.* O que consumimos são marcas. Objetos que fazem a presença e/ou ausência de identidade, visões de mundo, estilos de vida.

É em busca dessas distinções construídas em torno da produção e do consumo da cachaça artesanal de Paraty que este trabalho se dedica, focando nos diferentes discurso e representações encontrados acerca do mesmo produto, considerado por muitos como símbolo de uma suposta identidade local e, porque não, nacional.

Diferente do que havia ocorrido em minhas entrevistas com alguns associados à APACAP, meu encontro com Lúcio Gama Freire, produtor da Cachaça Pedra Branca, não havia sido agendado, devido ao fato de o alambique pertencer ao circuito turístico local e estarmos na chamada “alta temporada”, período que se caracteriza pelo intenso movimento de turistas e visitantes na cidade, principalmente por ser época das férias de verão. Embora fosse no período de entressafra (no qual não há produção).

Vale destacar que Lúcio é primo dos proprietários do Alambique Paratiana, que se encontra, inclusive, a alguns quilômetros dali, na mesma estrada de terra. Farei uma breve descrição do local e do contexto da entrevista numa tentativa de familiarizar o leitor com o ambiente.

Enquanto o aguardava para entrevista, conheci a loja do alambique. No sítio onde fica o alambique, o espaço da loja é separado do espaço onde a cachaça é produzida. Ao entrar na loja, à direita há uma mesa de madeira na qual é disponibilizado um caderno para os visitantes assinarem e deixarem registrada a sua passagem por lá. À esquerda, estão os barris de envelhecimento das cachaças e, logo atrás, as estantes de madeira com as bebidas à venda, cachaças, licores, entre outros.

No momento em que estava no local havia um movimento de turistas, que vinham em jipes turísticos, com uma curiosidade notória por aquele ambiente tão rico em termos de cores e sabores. Ao lado da loja é onde ocorrem todas as etapas do processo de produção da bebida. Próximo ao canavial, em um espaço separado, é onde ocorre a moagem da cana-de-açúcar e em outro lugar, dentro da casa, é onde acontecem a fermentação e destilação da bebida.

Neste trabalho analiso o relato de uma turista que visitou Paraty por, aproximadamente, dois dias, que conheci no caminho para a cidade, no trajeto de ônibus entre a capital Rio de Janeiro e o nosso destino final. Nascida e residente na cidade do Rio de Janeiro e na faixa etária dos 50 anos, Solange estava viajando à Paraty a turismo,

interessando-se, principalmente, em conhecer Trindade, um vilarejo próximo celebrado por suas praias.

O terceiro relato analisado neste trabalho é o de Mônica, comerciante no estabelecimento Empório Santo Antônio, localizado no Centro Histórico de Paraty, próximo à Igreja Matriz. No local, além de artesanato e doces caseiros, pude encontrar prateleiras com uma imensa variedade e quantidade de cachaças.

Na busca por saber se o grupo pesquisado em meu trabalho apresenta em seus discursos e representações alguma relação entre a memória coletiva em torno do modo de fazer a cachaça e a história de Paraty, delimitando uma identidade local, uma das primeiras perguntas realizadas foi o que vem às suas mentes quando eles pensam em Paraty.

Lúcio Freire, produtor da Cachaça Pedra Branca, tem em Paraty a representação de seu lar, do lugar onde nasceu, escolheu retornar para viver e decidiu trabalhar com a cachaça. Em suas palavras,

Paraty é um mundo. Paraty é... Hoje, quando você fala em Paraty, no meu caso, eu penso no meu lar, é o meu local, é a minha raiz e, em segundo momento, a cachaça, que é o que a gente trabalha e que é o sangue de Paraty. O sangue de Paraty é a cachaça, vem da cana [...]. Eu acho que Paraty não é uma coisa só, é um misto de cultura, lazer, história, tudo junto (Lúcio Freire, relato oral, 2015).

Solange, turista carioca, que estava acompanhada de mais duas amigas, estava indo à Paraty sem conhecer previamente informações sobre a cidade. O que se destaca em sua fala é o que ela sabe sobre a cidade, que é um destino histórico e de ruas de pedra.

Mônica, comerciante que vive em Paraty há 14 anos, trabalha diretamente com os visitantes e para ela, o que os turistas mais procuram na cidade ao visitá-la são:

As ilhas; o Centro Histórico, sempre, que todo mundo vem ao Centro Histórico; as praias; as cachoeiras... Na verdade, eu acho que a beleza de Paraty é completa, tanto que tem ilha, tem praia, tem cachoeira. Tem lugar que você vai que só tem praia, aqui tem cachoeira ao redor de toda cidade. Todo lugar que você vai tem uma cachoeira...

Para Lúcio, ao pensar em cachaça, é o processo produtivo que vem à sua mente. Em sua narrativa, ele diz sentir prazer em trabalhar diretamente com a atividade agrícola da produção da bebida.

O prazer que a gente tem em produzir a cachaça não vem, exclusivamente, da cachaça, vem de todo o trabalho que envolve nela. Desde a parte agrícola, do desenvolvimento da cana-de-açúcar, do plantio, do trato cultura, ao trabalho de fermentação, de destilação... O mundo da cachaça é um mundo que tem uma

cultura bem interessante e que agrada. É um prazer para gente fazer cachaça e trabalhar com isso (Lúcio Freire, relato oral, 2015).

Para a turistas Solange, que não consomem a bebida, ao pensarem em cachaça, o que lhes remete à mente é uma imagem negativa, de bebida consumida em excesso. Para Solange:

Eu vejo todo mundo que bebe, todo mundo fala que é um prazer, mas eu acho muito amargoso, que amarga muito, e vejo as pessoas com muita dor de cabeça, com aquela ressaca, acordam no outro dia botando o bofe pela boca. Então, eu não gosto e não quero isso para a minha vida (Solange, relato oral, 2015).

Ao pergunta-la se ela já havia experimentado cachaça ela me relatou que não, que “só de ver o comportamento das pessoas, eu não quero. É igual comida, quando eu olho uma comida, se eu não gostar, eu não quero. E o comportamento que eu vejo das pessoas que bebem, *cachaceiros*, não é bom para mim. Então, eu não gosto” (Solange, relato oral, 2015, *grifo meu*).

Esta última fala, em particular, é expressiva acerca da marginalização do consumidor da cachaça, o famoso “cachaceiro”, como aquele que bebe em excesso, comete exageros e atos impensados, comportamentos inadequados em sociedade, um tipo de *outsider*.

Outra fala da turista que evidencia sua imagem negativa acerca da cachaça e de seus consumidores é a de seu espanto em saber da existência de pesquisas acadêmicas sobre a bebida.

Eu não imaginava que existia estudo sobre, eu não imaginava isso... Que uma pessoa assim, que entende... não aquele povo lá do mato que quer fazer uma cachacinha. Entendeu? Mas o povo bebe e fica tão assim, sai do... O que eu entendo, parece que é assim: é que a pessoa bebe e fica tão contente, tão alegre, e vem me abraçar, com aquele bafo, eu não gosto, não. Para mim, eu não sei se é porque eu não fui criada nisso. “Não pode beber. Não chega perto”. Então, eu não gosto desde pequena.

Ao perguntar para a comerciante Mônica o que os turistas mais procuram em seu estabelecimento, ela me conta que “eles vêm por causa da cachaça e do doce mesmo. Eles entram por causa da cachaça e, às vezes, acabam comprando outros doces. Mas tem bastante procura mesmo. Tem a Maria Izabel que é considerada a sétima melhor do Brasil” (Mônica, relato oral 2015).

Mônica, que é religiosa e não bebe, diz fazer questão de divulgar a cachaça local para os visitantes:

Tanto é que eu falo para os clientes que tem que vir à Paraty e conhecer os lugares e tomar Gabriela. Porque a Gabriela todo mundo fala: “ah, a Gabriela é top, é a melhor”. *Todos* os turistas que vêm experimentam a Gabriela. A Gabriela é cachaça, cravo e canela, que é da história do Jorge Amado. Então, tem uma história... Todo ano no festival da pinga eles fazem concurso de

drinques e eles sempre fazem algum drinque com Gabriela, é uma coisa bem legal (Mônica, relato oral, 2015, *ênfase da autora*).

No discurso de Lúcio é possível perceber que ele compreende o patrimônio cultural de Paraty como algo que pertence à história da cidade e que, ao mesmo tempo, lhe é “exclusivo” e, por isso mesmo, “autêntico”. Em suas palavras: “acho que esse período parado no tempo [referindo-se aos séculos XIX e início do XX] foi o que hoje virou a nossa galinha dos ovos de ouro, que é o patrimônio cultural, tudo o que ficou aqui e que hoje as pessoas dão valor e vêm aqui para conhecer” (Lúcio, relato oral, 2015). Nesse sentido, recorrendo a acontecimentos históricos no país e na região, a cachaça aparece em sua fala como um dos patrimônios culturais de Paraty.

Portanto, algo em comum em todos os discursos e que, de certa forma, era esperado, refere-se à interpretação que ambos fazem da relação patrimônio cultural de Paraty e de sua história. Sendo assim, devido à associação realizada por eles entre a história da cachaça e a história de Paraty, a cachaça aparece nos discursos e representações dos entrevistados como um patrimônio cultural de Paraty.

Considerações Finais

Neste trabalho, que apresenta considerações ainda iniciais sobre as disputas entre as diversas memórias coletivas da cachaça, busquei interpretar os discursos e as representações sociais de diferentes grupos acerca da cachaça produzida na cidade de Paraty (RJ) a partir da relação entre a bebida e a categoria de pensamento patrimônio cultural. O campo do patrimônio cultural, em particular o imaterial, apresenta-se como essencial para a compreensão do processo de formação de identidades vinculadas aos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano dos grupos. Nessa perspectiva, a tradição precisa ser continuamente vivenciada pelo grupo e transmitida para as gerações futuras para manter-se presente em sua memória coletiva

O saber da cachaça artesanal de Paraty, entendido como uma manifestação cultural cotidiana da cidade é, através dos discursos ancorados na história da bebida e nas memórias de seus produtores, constantemente (re) significado, adaptando-se às mudanças contemporâneas e representando um passado “herdado”. Enquanto uma categoria de análise, o patrimônio cultural é, portanto, essencial para a compreensão sobre a construção da identidade local, a partir dos valores e significados conferidos à tradição da produção artesanal da cachaça pelos diferentes grupos sociais que buscam legitimar suas memórias sobre a bebida.

Ao analisar os discursos e representações sociais dos grupos locais, tendo como categoria o patrimônio cultural, a proposta foi a de investigar os mecanismos pelos quais os significados e valores são concedidos à cachaça produzida em Paraty, influenciando na construção de uma identidade local, na qual a cidade e cachaça se confundem, uma representando a outra.

Esses mecanismos utilizados para reforçar a existência de uma memória coletiva encontram suporte na história da cidade e, por extensão, na história do Brasil, que garantiria a tradição da produção da bebida na cidade. Por este possível vínculo com o passado local ou nacional, a cachaça é ideologicamente incorporada ao discurso da identidade e encontra na legislação um mecanismo de afirmação, através de sua certificação de procedência, ou “tradição”, o que se reflete na revalorização e ressignificação das cachaças “marcadas” com tal certificado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Prelúdio da Cachaça**. São Paulo: Global, 2006.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o Passado**. Estratégias para a construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *Pedra e Cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRAVATÁ, Carlos Eduardo; GONÇALVES, Luís Otávio P. **Almanaque da Cachaça**. Belo Horizonte: Formato, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROCHA, Everardo P. G. “Publicidade e Razão Prática – uma discussão de produção e consumo” In: **Magia e Capitalismo**. Um estudo antropológico da publicidade. Brasiliense, 1985.

SANT'ANNA, Marcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

TRINDADE, Alessandra. **Cachaça, um Amor Brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p 237-248, 2006.

Fontes

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E AMIGOS DA CACHAÇA DE PARATY. Disponível em: <<http://www.apacap.com.br/index.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/portal/#>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PREFEITURA DE PARATY. Disponível em: <<http://pmparaty.rj.gov.br/page/index.aspx>>. Acesso em: 15 mar. 2016.